



Governo de José Luciano: quatro anos de velha raposa

1886

Se fôssemos a fazer política apenas com gente honesta, ficávamos só com meia dúzia de pessoas.. o meu Partido não é que me leva ao Poder - sou eu que levo o meu partido ao poder
(José Luciano)

O ano de 1886 foi de vacas gordas: o câmbio alto, o dinheiro abundante e barato, as cotações do papel público elevadas e ...exportação de vinhos extraordinária
(Oliveira Martins)

● **Da greve de Chicago ao mapa cor de rosa** – No ano da greve de Chicago e da criação do *Mapa Cor de Rosa*, não reconhecido internacionalmente, apesar de convénios com a França e a Alemanha, e da organização do ensino técnico, de Emídio Navarro, é inaugurada a ponte D. Luís no Porto e surgem novos códigos administrativo e penal. Bernardino Machado há-de dizer que a partir de 1886 *sopra um vento imperialista*, encerrando-se *um segundo período da nossa vida constitucional que abre com José Estêvão e se encerra pouco depois da morte de Rodrigues Sampaio, período que inaugura entre nós o parlamentarismo*. A Associação Industrial Portuguesa, criada em 1837, passa a designar-se Associação Promotora da Indústria Fabril e é assinada nova concordata sobre o Padroado do Oriente (23 de Junho).

● **Queda do último governo de Fontes e muitas memórias históricas**. No ano da morte de Ferrer e em que Nietzsche continua a sua procura *Para Além do Bem e do Mal*, José de Arriaga começa a editar a *História da Revolução Portuguesa de 1820*, quatro volumes até 1889, Antero de Quental teoriza *A Filosofia da Natureza dos Naturalistas*. Cai o último governo de Fontes e surge o segundo governo progressista, já liderado por José Luciano, enquanto na liderança dos regeneradores, Fontes cede o lugar a António Serpa. O novo governo, que chega a pôr a hipótese de criação de um novo ministério da agricultura, que seria entregue a Oliveira Martins, é marcado pelo reformismo de Emídio Navarro que cria no MOPCI uma direcção de agricultura, com agrónomos distritais (28 de Julho), circunscrições regionais e um Conselho Superior de Agricultura (9 de Dezembro), visando o chamado fomento rural, bem como os institutos industriais e comerciais de Lisboa e do Porto (30 de Dezembro). No ano em que um deputado regenerador esbofeteia em plena Câmara o ministro da marinha, surge a primeira dissidência dos regeneradores, a Esquerda Dinástica de Barjona de Freitas. No Reino Unido surge o primeiro governo de Salisbury, até 1892, marcado pela chamada partilha de África, na sequência da Conferência de Berlim, que vai enfrentar a guerra dos *boers* (1899-1902). Neste ano os *Liberal Unionists* de Joseph Chamberlain aderem aos conservadores que, até 1922, se passam a designar como *Conservative and Unionist Party*.

●**Fontes e os parasitas roedores** – Artigo de Oliveira Martins em *A Província: Ilusões Antigas e Política Positiva*, onde reconhece que na Universidade só agora muito raros professores começam a pôr de parte os mestres jacobinos ou doutrinários que, desde dezenas de anos, tinham o monopólio do ensino. Acrescenta que os votos se vendem, e a eleição será tanto mais fictícia, quanto o sufrágio for mais universal e que a descentralização, tal como tem sido concebida e praticada, apenas redundará no facto já hoje reconhecido de levar às instituições locais essa fúria de despesa e essa indiferença perante dívidas excessivas, que caracterizam as finanças de um Estado em ruína. Conclui: *é por isso que ainda não subemos substituir a fraseologia pela discussão, o lirismo pelo raciocínio, o devaneio pelo bom-senso e uma política positiva e prática a essa farragem de antiquallhas cediças; é por isso que, entre nós, governa e impera esse expediente vivo, que se chama o sr. Fontes, seguido pela cauda de parasitas roedores que constituem o seu partido* (4 de Janeiro).

●**Governo de Fontes acaba por demitir-se**, invocando uma polémica entre Guimarães e Braga (13 de Fevereiro). Aquela cidade queria ser integrada no distrito do Porto, sendo vivamente defendida pelo deputado João Franco. O rei recusara a Fontes o adiamento da sessão parlamentar, para que o presidente do conselho pudesse resolver o incidente com as Cortes encerradas. Há também grande descontentamento popular pela restauração do velho imposto do *real d'água*.

●**O prestígio e a influência** – *O prestígio sem a influência ainda tem valor, embora ocasional ou excepcional; e quando é legítimo conquista a máxima das influências. A influência é que, por si só, nada vale. O prestígio é força, a influência é instrumento. Um é braço, o outro ferramenta. Um manda, o outro obedece. Toda a questão está em que um subordina, e que o outro é subordinado. O prestígio é o reflexo de uma ideia, a influência é o apoio de uma força. P'ra que servirá o alicerce sem o edifício, ou a influência sem a ideia? Para satisfazer vaidades, para dar pasto a agitações cegas, para alimentar cobiças exigentes?* (Oliveira Martins).

●**Governo nº 39 José Luciano** (20 de Fevereiro, 1425 dias). 2º governo progressistas e 15º e último governo do reinado de D. Luís que dura cerca de quatro anos. O próprio Fontes indica José Luciano a D. Luís. Chega Às culminâncias do poder quem dava tudo o que se podia dar – e que não lhe pertencia – lugares, negócios e empregos. Talvez. Mas se não teve a grandeza de resistir aos homens, conteve os interesses fatais dentro de certos limites (Raul Brandão). Há uma maioria regeneradora nas Cortes. Tem como principais ministros Francisco António da Veiga Beirão (1841-1916), Emídio Júlio Navarro (1844-1905) e Barros Gomes. Chega a falar-se na hipótese de Oliveira Martins ascender ao governo como titular de um novo Ministério da Agricultura, ao que se opõe Navarro, o novo ministro da área económica, que cria, no MOPCI, uma direcção de agricultura, com agrónomos distritais, visando o chamado fomento rural, bem como os institutos industriais e comerciais. O ministro mais próximo de D. Luís é Barros Gomes, de quem o rei dizia, *o meu dilecto ministro dos estrangeiros*. Mariano e Emídio tinham sido violentos críticos da postura do rei que, no entanto, não pôe obstáculo à respectiva nomeação, ao contrário do que fizera em 1879, relativamente a Mariano.



●Os ministros constantes são o antigo reformista Francisco António da Veiga Beirão (1841-1916), considerado um homem da *esquerda antiga*, na justiça, e Henrique Barros Gomes, nos estrangeiros.

Outros ministros: Henrique Macedo Pereira Coutinho (1843-1910), 1º Conde de Macedo, na marinha e ultramar até 23 de Fevereiro de 1889, quando é substituído por Frederico Ressano Garcia (1836-1913); Emídio Júlio Navarro nas obras públicas, até 23 de Fevereiro de 1889, data em que é substituído por Eduardo José Coelho²⁷ (1836-1913). Mariano Cirilo de Carvalho (1836-1905) na fazenda, até 9 de Novembro de 1889, quando é substituído por Augusto José da Cunha (1834-1919). Visconde de S. Januário na guerra, até 9 de Novembro de 1889,

quando é substituído por José Joaquim de Castro.

● **A arte de fabricar maiorias** – *O governo tem sido uma arte de fabricar maiorias e que o povo quer governar, quer ser governado: nisto se resume tudo; e na nossa universal e deplorável decadência, o rei é o melhor penhor de uma tal ou qual estabilidade de coisas* (Oliveira Martins).

● **Remodelações** – Em 5 de Agosto: Henrique de Barros Gomes na marinha e ultramar interinamente, até 27 de Setembro.

● Em 27 de Setembro: Henrique de Macedo retoma a pasta da marinha.

● Em 6 de Outubro de 1886: José Luciano de Castro assume a justiça interinamente.

● Em 19 de Outubro de 1886: Veiga Beirão retoma a justiça

● **Latino Coelho**, na Câmara dos Pares, assume-se como republicano.

● **Contra os caciques** – Artigo de Oliveira Martins em *A Província*: considera que *só uma revolta espontânea das populações pode tirar o bastão ao cacique proprietário, mas um caso desses é improvável, dado o estado deplorável a que chegou a nossa consciência política* (26 de Agosto).

● **Matrimónio real** – D. Carlos casa com D. Amélia de Orleães, filha do conde de Paris. O casal vai viver para o palácio de Belém. Do consórcio vão nascer D. Luís Filipe, em 21 de Março de 1887, e D. Manuel, em 15 de Novembro de 1889. Ramalho Ortigão, criticando as cerimónias, fala na *mania das grandezas e a melomania, doenças hereditárias na sociedade portuguesa*.

● **Acordos do rotativismo** – Os regeneradores deixam passar na Câmara dos Deputados a nova lei de meios do governo, depois de acordo prévio com os progressistas (5 de Abril).

● **Código administrativo de José Luciano**, resultante de uma comissão onde participam Artur Fevereiro e Bernardo de Albuquerque (17 de Julho).

● **Código Penal** referendado por Veiga Beirão. Nasce de uma comissão nomeada por Barjona de Freitas que tem a colaboração de Lopo Vaz de Sampaio e Melo, José Dias Ferreira e Levy Maria Jordão de Paiva Manso (1831-1875), visconde de Paiva Manso (16 de Setembro).

● **Questão colonial** – Convenção luso-francesa para a delimitação de território na

África Ocidental, aceitando-se o princípio português do *mapa cor-de-rosa*. Portugal cede aos franceses a zona do Zinguinchor e de Casamança (13 de Maio). Convenção luso-alemã sobre zonas de influência em África, aceita o mesmo princípio, lançado em 1881 pela Sociedade de Geografia de Lisboa. Portugal cede aos alemães a zona situada entre o Cabo Frio e o rio Cunene.

📖 Brandão, José (1987); Cabral, António (1929): 253; Lourenço, Joaquim Maria: 472 ss.; Martins, Francisco da Rocha (1929): 402, 403; Martins, Joaquim Pedro d'Oliveira (1924) *Dispersos*, I: 57, 58, 59; Oliveira, Lopes de: 58; Ortigão, Ramalho (*Farpas*, VI): 35 ss.; Paixão, Braga (II, 1968): 86, 96; Peres, Damião/ Carvalho, Joaquim de (VII): 410, 411; Vera Cruz, Eduardo: 349.